

Nacionalismo e Questão Nacional: a esquerda e a luta antiimperialista

*Marcelo Buzetto**

Resumo:

Análise da contribuição de alguns pensadores marxistas sobre a questão nacional, o nacionalismo e as lutas antiimperialistas no século XX. No momento em que vivemos, resgatar o debate marxista sobre o imperialismo pode contribuir para compreender as questões nacionais e as guerras do século XXI.

1. A Questão Nacional no debate entre Lenin e Rosa Luxemburg

Ao tratar das questões colonial e nacional em 1920, durante os debates no seio da Internacional Comunista (IIIª Internacional), Vladimir I. Lenin afirmava que para compreender melhor tais questões era necessário utilizar

“não princípios abstratos ou formais, mas: 1º) uma apreciação exata da situação histórica concreta e sobretudo econômica; 2º) uma discriminação bastante nítida entre os interesses das classes oprimidas, dos trabalhadores, dos explorados e a idéia geral dos interesses populares em geral, que não é mais do que expressão dos interesses da classe dominante; 3º) uma distinção bastante nítida também entre as nações oprimidas, dependentes, que não se beneficiam da igualdade de direitos, e as nações que oprimem, que exploram, que se beneficiam da integridade de direitos por oposição à ilusão democrática burguesa que dissimula a escravidão colonial e financeira - própria da época do capital financeiro e do imperialismo - da imensa maioria da população do globo, por uma ínfima minoria de países

* Doutorando em Ciências Sociais pela PUC/SP, membro do NEILS, professor de Sociologia no Colégio da Fundação Santo André.

capitalistas avançados e ultra-ricos” (Lenin,1971: 40 e 41).

Estas afirmações de Lenin demonstram que, além da luta de classes dentro e fora dos territórios nacionais, existe a luta entre as “nações opressoras” e as “nações oprimidas”, que também deve ser estudada a partir de uma análise classista da correlação de forças e das relações econômicas, políticas e sociais predominantes num determinado país. Na tentativa de definir uma posição clara dos comunistas em relação às lutas nacionais, nacionalistas, antiimperialistas e/ou de libertação nacional, Lenin reconhece que “até agora, a nossa experiência comum sobre este assunto não é muito grande, mas pouco a pouco reuniremos uma documentação cada vez mais abundante” (1971: 102).

Durante as duas décadas iniciais do século XX, Lenin vai escrever e debater sobre o papel da questão nacional, das nacionalidades e dos países “coloniais, semicoloniais e dependentes” no processo de luta contra o capitalismo. Influenciado por toda uma conjuntura nacional, regional e mundial, e participando no dia-a-dia da construção da revolução russa, ele começa a perceber a importância dos países que estão fora do eixo central do sistema capitalista numa transformação revolucionária, começa a estudar o potencial revolucionário dos povos orientais em suas lutas contra a dominação imperialista, e chega à conclusão de que chegou a hora das massas populares dos chamados países coloniais entrarem em ação, principalmente após 1914, quando explode a guerra imperialista.

Para Lenin, “a guerra imperialista fez entrar os povos dependentes na história do mundo” (1971: 95), a guerra abre uma brecha no sistema capitalista mundial, consolida um novo período, onde, devido às lutas democrático-burguesas e antiimperialistas pela independência, pela libertação nacional, pelas liberdades políticas-democráticas nas regiões da periferia do sistema, surge a possibilidade de revoluções anticapitalistas em países considerados como “elos débeis”, mais frágeis, do sistema capitalista. É com essa preocupação, sobre qual o papel e a importância da questão nacional numa luta mais ampla contra o capitalismo, sobre qual deve ser o programa da social-democracia (comunistas) russa e europeia em relação a tal questão, e influenciado pelo caso concreto da Rússia e do processo revolucionário neste país, que Lenin elabora suas idéias sobre o direito das nações de decidirem livremente o seu destino, ou, o direito das nações e dos povos à autodeterminação.

Sendo um tema polêmico, que desde o século XIX gerava grandes debates e divergências dentro do movimento socialista europeu, tornou-se parte obrigatória das discussões sobre o programa do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR). Lenin foi um dos dirigentes deste partido

que mais escreveu sobre a questão nacional, o que demonstra seu interesse e sua certeza de que, na Rússia, não seria possível fazer triunfar a revolução socialista sem que fosse dada uma atenção especial e uma solução adequada ao problema das nacionalidades e todos os demais problemas com ele relacionados. Nesse sentido, é possível perceber que o esforço leniniano vai na direção de elaborar algumas teses sobre a questão nacional sem perder de vista que a luta central que se verifica dentro do modo de produção capitalista é a luta de classes entre trabalhadores e burgueses, que esta luta se dá, num primeiro momento, no terreno nacional, mas também adquire um caráter internacional. Também reconhece e afirma que o processo de expansão mundial do capitalismo cria uma divisão entre nações oprimidas e nações opressoras, e que tal luta acaba desencadeando movimentos nacionais que podem adquirir uma posição revolucionária dependendo de quem dirige tais movimentos e de quais são as classes sociais que formam a base social dessas lutas. Seu esforço é o de demonstrar que qualquer solução da questão nacional deve ser elaborada e colocada em prática no interesse do proletariado e de sua luta pela construção da sociedade socialista. Portanto, deve ter um caráter classista, que não gere ilusões e confusões no meio da classe trabalhadora, como fazem, segundo Lenin, as palavras de ordem do nacionalismo burguês, que pregam uma “união de todos na defesa dos interesses nacionais”.

Uma das soluções apresentadas por Lenin é a defesa intransigente do direito das nações de determinarem o seu próprio destino, de resolverem seus problemas sem a intromissão de outras nações. Sobre isso, ele afirma que

“a social-democracia lutará sempre contra qualquer tentativa de exercer a partir do exterior, pela violência ou por qualquer outra injustiça, influência na livre expressão da vontade nacional. Mas o reconhecimento incondicional da luta pela liberdade de autodeterminação de modo nenhum nos obriga a apoiar qualquer reivindicação de autodeterminação nacional. A social-democracia, como partido do proletariado, impõe-se como tarefa positiva e principal a de cooperar com a livre determinação não dos povos e das nações, mas do proletariado de cada nacionalidade” (Lenin, 1988: 29).

Como contribuição para a análise da questão nacional, entre junho e julho de 1913, Lenin escreve as *Teses sobre a questão nacional* (1988), onde resume uma proposta para o programa do POSDR, com destaque para as

seguintes posições: 1) livre direito das nações de se separarem e criarem outro estado independente; 2) direito de cada nacionalidade se separar ou escolher em qual estado deseja viver; 3) repúdio a toda e qualquer violência cometida contra uma nação que deseje ser independente; 4) que a separação seja feita através de discussão e participação dos trabalhadores e do povo, por eleições onde o direito de voto deve ser universal, direto, igual e secreto; 5) igualdade de direitos para todas as nacionalidades; 6) defesa e proteção a toda minoria nacional; 7) contra a imposição de uma língua oficial; 8) fusão dos operários de todas as nacionalidades nas organizações revolucionárias proletárias; 9) defesa do internacionalismo e da união dos proletários de todas as nações.

É importante ressaltar que, para Lenin, a autodeterminação das nações deve ser uma das reivindicações do programa do partido revolucionário, que assim como tantas outras, só pode ser completamente implementada quando for vitoriosa a revolução socialista. Observamos que não existe nenhuma ilusão por parte deste marxista russo de que é possível uma completa e plena autodeterminação dos povos e/ou nações enquanto existir o modo de produção capitalista. Quanto mais se desenvolve e se expande pelo mundo, mais o capitalismo aumenta as desigualdades entre as nações, mais o mundo é dominado por um punhado de grandes potências que controlam a ciência, a tecnologia, a indústria, os bancos etc. Lenin escreve sobre a questão nacional numa época determinada, a época do imperialismo, da guerra entre as grandes potências por matérias-primas, por novos mercados, por territórios estratégicos para seus projetos expansionistas e militaristas, uma época marcada por gigantescas contradições, onde as nações oprimidas começam a ganhar mais importância nos conflitos regionais e internacionais. Devido ao tipo de submissão e subordinação dessas nações aos países imperialistas, qualquer mudança radical em sua estrutura econômica, política ou social pode interferir imediatamente nos lucros e/ou interesses das empresas e dos capitais estrangeiros que atuam na nação oprimida. Isso faz com que as lutas pela independência e pela libertação nacional possam adquirir um caráter antiimperialista, portanto, anticapitalista. É nesse sentido que o autor aposta na possibilidade de acontecerem uma série de revoluções anticapitalistas, tanto nos chamados países avançados como nas nações oprimidas, simultaneamente. A autodeterminação e liberdade das nações deveria ser uma das reivindicações mobilizadoras em determinados países, pois ela também tem um caráter internacional, já que muitos povos e países se encontravam naquela época numa situação colonial ou semi-colonial.

“A palavra de ordem da autodeterminação das nações deve ser também posta em ligação com a época imperialista do capitalismo (...) Somos pela luta revolucionária contra o imperialismo, ou seja, contra o capitalismo. O imperialismo consiste precisamente na tendência das nações que oprimem um certo número de outras para alargarem e agravarem essa opressão, para procederem a uma nova partilha das colônias. É por isso que o núcleo da questão da autodeterminação das nações reside precisamente, na nossa época, na atitude dos socialistas dos países opressores. O socialista de um país opressor (Inglaterra, França, Alemanha, Japão, Rússia, Estados Unidos, etc.) que não reconhece e não defende o direito das nações oprimidas à autodeterminação (isto é, à livre separação) é de fato um chauvinista e não um socialista” (Lenin,1988: 128).

Fica claro que, para Lenin, só a classe trabalhadora tem condições de realizar a autodeterminação das nações, pois

“a burguesia das nações oprimidas converte constantemente as palavras de ordem de libertação nacional numa mistificação dos operários: em política interna explora essas palavras de ordem para firmar acordos reacionários com a burguesia das nações dominantes(...); em política externa procura pactuar com uma das potências imperialistas rivais para atingir suas finalidades de rapina (...)”(Lenin,1988: 147).

Na estratégia de Lenin e do POSDR, as questões democrática, agrária e nacional estavam ligadas diretamente a um objetivo maior, que era a luta contra o capitalismo e pelo socialismo. Reivindicações que poderiam parecer, para alguns, como sendo de caráter “reformista”, “burguesas” ou “pequeno-burguesas”, no programa e na ação concreta dos revolucionários russos adquiriam um caráter de classe, um caráter proletário, portanto, anticapitalista. Dependendo da capacidade de luta das massas populares e da classe trabalhadora, bem como dos princípios e da lucidez de suas organizações, seria possível transformar lutas pela libertação nacional em lutas antiimperialistas e pelo socialismo, tendo como eixo central, em alguns países, a palavra de ordem direito das nações à autodeterminação, mesmo que essas lutas assumam a expressão concreta de guerras nacionais de libertação. Em outubro de 1916, em plena guerra imperialista, Lenin afirma:

“Uma guerra contra as potências imperialistas, isto é,

opressoras, por parte dos oprimidos (por exemplo, dos povos coloniais) é uma guerra realmente nacional. Ela também é possível atualmente. A ‘defesa da pátria’ da parte de um país nacionalmente oprimido contra o nacionalmente opressor não é um engano, e os socialistas não são de modo nenhum contra a ‘defesa da pátria’ nessa guerra” (Lenin, 1988: 174 e 175).

Portanto, na visão leniniana, uma guerra de libertação nacional contra o invasor estrangeiro imperialista (como ocorreu na China, no Vietnã, ou como ocorre atualmente na Palestina e no Iraque) é plenamente justificada, e merece o apoio dos socialistas, pois é uma luta que traz dentro de si um potencial revolucionário anticapitalista, que pode se desenvolver durante este processo, com maior ou menor intensidade, ou mesmo pode nem se desenvolver, pois tudo isso depende de uma série de fatores, entre eles, a correlação de forças entre as classes em luta, ou seja, a luta de classes.

Rosa Luxemburg, ao estudar a relação entre capitalismo e nação, se debruça principalmente sobre a questão nacional na Polônia, seu país de origem, e também se coloca como uma defensora intransigente do internacionalismo proletário no tratamento da questão nacional. Todavia, influenciada por uma “concepção marxista européia” do mundo, teve dificuldades para produzir uma análise com alguns princípios um pouco mais universais. Com algumas diferenças em relação à posição leniniana, Rosa faz críticas às teses do programa do POSDR sobre a questão nacional, mesmo compreendendo que “a revolução pôs na ordem do dia do Estado russo a questão nacional” (Luxemburg, 1988: 9). Ela insiste em que a posição dos operários sobre tal questão deve ser diferente da posição burguesa, pois não se pode deixar iludir pelas palavras de ordem dos nacionalistas burgueses que só querem enganar o povo com frases relativas à “igualdade”, “união”, etc. Daí a tese de que a defesa do direito à autodeterminação nacional

“não contém nada relacionado especificamente com o socialismo ou com a política operária. O ‘direito das nações à autodeterminação’ parece à primeira vista uma paráfrase da velha palavra de ordem do nacionalismo burguês de todos os países em todos os tempos (...)” (Luxemburg, 1988: 10).

Em sua crítica ao partido russo, Rosa afirma que o mesmo é o único partido social-democrata (socialista, revolucionário) do mundo

contemporâneo que coloca tal reivindicação em seu programa. Resumindo, a marxista polonesa aponta os seguintes erros e debilidades no programa do POSDR: 1) que a palavra de ordem “direito das nações à autodeterminação” não tem um caráter socialista; 2) ver na palavra de ordem citada acima uma solução para os problemas nacionais e das nacionalidades é elaborar uma solução não-marxista dos problemas; 3) tal palavra de ordem demonstra certa confusão de conceitos no meio dos marxistas russos; 4) tal palavra de ordem não aponta caminhos práticos e concretos para solucionar os problemas mais candentes do proletariado em sua luta contra a burguesia; 5) tal palavra de ordem surge não para apresentar soluções práticas, mas somente para “empurrar para frente” a questão; 6) tal palavra de ordem não passa de um clichê, uma frase metafísica, como os tão falados “direitos do homem”, “direitos do cidadão” etc; 7) reconhecimento do direito à autodeterminação nacional no programa de qualquer partido não garante, por si só, que isso seja realizado; 8) querer realizar tal direito no capitalismo não passa de uma utopia; 9) realizar tal direito para os países pequenos e médios no período imperialista é uma grande ilusão; 10) ao falar de “direito das nações”, fica subentendido “direitos dos povos”, mas as nações não são “povos”, são territórios onde ocorre uma divisão de classes, uma luta de classes; 11) os movimentos e as lutas nacionais representam, em sua maioria e/ou quase sempre os interesses da burguesia e/ou da pequena burguesia; 12) a social-democracia não tem como missão histórica a libertação das nações e povos, mas sim a libertação do proletariado.

É possível perceber que tanto Lenin quanto Rosa Luxemburg escreviam ao mesmo tempo em que participavam ativa e organicamente de partidos e organizações socialistas e revolucionárias de seu tempo. Portanto, para entender melhor suas posições é necessário levar em consideração que suas idéias eram produzidas no calor do dia-a-dia da luta de classes, idéias que se materializavam nas ações de muitos adeptos do socialismo e do marxismo na Europa e, talvez com menor intensidade, em outras partes do mundo. Embora fazendo parte do mesmo movimento, o movimento socialista/comunista internacional, que crescia no início do século XX, os autores citados tinham suas divergências, mas também tinham muitas afinidades teóricas. Os dois afirmam com muita convicção que a burguesia, em vários momentos, principalmente em países considerados coloniais e/ou oprimidos, se utiliza de frases e palavras de ordem nacionalistas para iludir e enfraquecer o proletariado nacional, do nacionalismo que prega a “união de todos”, de “toda a nação”, fazendo com que, segundo os autores citados, fique em segundo plano ou mesmo desapareça o conceito de luta de classes. Também afirmam que toda e

qualquer questão nacional deve ser solucionada do ponto de vista dos interesses do proletariado e de sua luta pelo socialismo, e concordam que é impossível uma verdadeira e efetiva solução da questão nacional no capitalismo, fato que aumenta a necessidade de **fortalecer o caráter proletário e socialista das lutas nacionais**.

Interessante notar que os dois autores representam duas posições bem definidas no campo do marxismo, posições que influenciaram o debate político sobre como deveriam se comportar os socialistas diante de tais questões. Essa influência adquire um peso ainda maior se considerarmos que os dois intelectuais marxistas também eram dirigentes políticos de importantes organizações socialistas revolucionárias da época, Lênin, atuando no Partido Operário Social-Democrata Russo (Bolchevique), que depois da Revolução Russa de 1917 mudaria o nome para Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (PCURSS) e Rosa, no Partido Social-Democrata Alemão (PSDA).

Vale a pena destacar que Rosa Luxemburg produziu sua teoria sobre a questão nacional voltando-se mais para a realidade específica da Polônia, o que fez com que a mesma não aceitasse a palavra de ordem “direito das nações à autodeterminação” como uma proposta política de caráter proletário e/ou universal. Ela procura, em vários textos, demonstrar como tal idéia está distante dos objetivos socialistas do proletariado europeu. Tentava produzir uma crítica radical do conceito leniniano, afirmando que tal palavra de ordem não é socialista, é estranha ao marxismo, e “não é outra coisa senão um clichê, uma frase metafísica, como seus análogos ‘direitos do homem’ e ‘direitos do cidadão’ (Luxemburg, 1988: 17), é “um clichê vazio que não leva a nada” (Luxemburg, 1988: 19). Toda essa crítica de Rosa Luxemburg a Lenin expressa uma divergência política presente entre os dois marxistas, que é justamente onde estaria o centro do início do processo revolucionário que colocaria o mundo no caminho para o socialismo, em países centrais, como Inglaterra e/ou Alemanha, ou em lugares como Rússia e outros países mais ao oriente.

Lenin acreditava que a situação revolucionária favorável ao início de um processo de luta eminentemente antiimperialista e anticapitalista estava se deslocando dos países centrais para os chamados países “coloniais, semicoloniais e dependentes”, pois a cada dia aumentava também a necessidade dos países centrais do capitalismo de dominarem pela força militar, política ou econômica essa parte do mundo. Esta expansão imperialista aparece como exigência fundamental do processo de acumulação ampliada do capital em escala internacional.

As posições leninianas jamais abriram mão dos princípios do socialismo e do marxismo. O que fica claro neste debate marxista sobre a questão

nacional é que, em países onde o desenvolvimento do capitalismo não ocorre pelo caminho “clássico”, semelhante ao processo inglês ou francês, e onde o território nacional se torna uma colônia de uma potência imperialista, ou ainda, em países que assumem a condição de nações subordinadas e/ou oprimidas dentro da divisão internacional do trabalho imposta pelo capitalismo em sua fase imperialista; nesses países e nessas condições, palavras como o “direito das nações à autodeterminação” assumem - ou melhor, podem assumir - um caráter proletário e anticapitalista, pois em muitos casos, a efetiva independência nacional, a libertação nacional, a autodeterminação nacional desencadeia uma crise na metrópole, na nação opressora, no centro do capitalismo, e essa crise pode favorecer o crescimento das lutas operárias e populares, vindo a resultar num processo revolucionário contra o capitalismo. São essas, resumidamente, algumas conclusões que tiramos da posição leniniana sobre a questão nacional.

Michael Löwy, ao se debruçar diante da polêmica entre Lenin e Rosa, observa um certo economicismo na análise que esta última fez sobre a Polônia, o que, segundo ele, teve um peso importante na sua abordagem da questão nacional. A Polônia vivia, no início do século XX, sob o domínio da Rússia, e sendo assim, Rosa Luxemburg defendia que, como este país estava economicamente vinculado e subordinado aos interesses do czarismo russo, em vez da independência ou da autodeterminação nacionais, a luta do proletariado polonês deveria estar unificada com a luta do proletariado dentro do Império russo. Essa análise abria mão e diminuía – ou mesmo ignorava – a importância da luta pela autodeterminação das nações. Löwy afirma que toda a história do século XX desmente a teoria de Rosa Luxemburg sobre a questão nacional. O mesmo autor afirma que tal teoria está repleta de erros teóricos, metodológicos e políticos, e resume esses erros da seguinte maneira: 1) Ela desenvolve uma análise economicista do problema (principalmente em 1914), pois, afirmando que a Polônia era economicamente dependente da Rússia, ela chega à conclusão que a Polônia não poderia ser independente sem uma revolução na Rússia. Tal argumento, segundo Löwy, nega a “autonomia relativa da instância política” quando se trata da questão da dependência econômica; 2) Ao mesmo tempo em que Rosa se coloca contra todas as formas de opressão de uma nação contra outra, ela se manifesta contra o direito de autodeterminação nacional, que seria o direito à independência política da nação, ou seja, uma forma de romper com a opressão nacional e com o imperialismo. Löwy afirma que negar “o direito de constituir um Estado nacional independente é precisamente uma das principais formas de opressão nacional” (Löwy,1975: 111 e 112;

grifo nosso); 3) Rosa Luxemburg não levou em consideração o potencial revolucionário dos movimentos de libertação nacional, seja na luta contra o czarismo russo, ou nas lutas antiimperialistas e anticolonialistas que se desenvolviam em várias partes do mundo já no início do século XX. Rosa observava nesses movimentos somente seu lado pequeno-burguês e reacionário, sem compreender o duplo caráter dos mesmos; 4) Rosa não entendia que a luta pela libertação nacional poderia ser levada adiante em conjunto com a luta pelo socialismo, pois nos países coloniais, nos países dominados pelo imperialismo, as reivindicações de independência e libertação nacional são reivindicações não só da “pequena-burguesia retrógrada”, “atrasada” e “utópica”, mas também do proletariado e das massas populares (Löwy, 1975: 112). Portanto,

“a grande crítica que Lenin dirige a Rosa Luxemburg é a de querer **generalizar** (grifo do autor) a partir de uma situação específica (a Polônia num dado momento histórico) e de recusar assim não somente a independência da Polônia, mas a de todas as pequenas nações dominadas” (Löwy, 1975: 113).

2. Nacionalismo e antiimperialismo nas lutas das nações oprimidas

Com a expansão mundial do capitalismo no final do século XIX e início do século XX, a questão nacional adquire outra dimensão, fazendo com que este tema se transforme no centro dos debates políticos de movimentos e organizações que lutavam pela libertação nacional e pelo socialismo. Para Emir Sader, a questão nacional esteve presente durante todo o século XX nas lutas políticas entre a burguesia e a classe trabalhadora, sendo que, na periferia do sistema esta questão muitas vezes tem assumido “o caráter – mais ou menos pronunciado – de antiimperialismo, de reação e resistência à dominação externa”, um caráter, segundo este autor, de esquerda. Ao mesmo tempo, no período citado, o que caracterizou tal questão “no centro do capitalismo foi seu tom chauvinista – meu país é melhor que o seu” (Sader, 2000: 70), assumindo assim um caráter de direita. Nesse sentido, “é impossível negligenciar a diferença entre os chamados nacionalismos de ‘nação oprimida’ e de ‘nação opressora’” (Almeida, 1997: 87).

Também parece correto afirmar que o fenômeno do imperialismo acaba despertando um interesse maior pelo estudo da questão nacional, principalmente entre aqueles movimentos que, na América Latina, na África e na Ásia, organizavam lutas contra a dominação das grandes potências capitalistas da época. À medida que avança a estratégia de

conquista de novos territórios e mercados como área de influência e controle dos países centrais do capitalismo, essa conquista, essa dominação política, econômica, cultural e militar das nações opressoras sobre as nações oprimidas fortalece a necessidade dos movimentos antiimperialistas de organizar a resistência a este processo. Como parte desse movimento de resistência à dominação imperialista surgem vários intelectuais organicamente vinculados a organizações e partidos políticos que vão se debruçar diante da questão nacional, geralmente combinando a luta pela libertação nacional com a luta anticapitalista, com a luta pelo socialismo, fazendo com que a análise da mesma adquira um caráter cada vez mais classista. Esse caráter classista estaria ligado à impossibilidade e à falta de interesse das classes dominantes dos países da periferia e semi-periferia do capitalismo de garantir uma verdadeira independência política e econômica, pois as mesmas sempre estiveram estruturalmente subordinadas aos interesses da burguesia dos países centrais. Portanto, seriam países onde a realização de uma efetiva soberania nacional se transforma numa tarefa da classe trabalhadora e não da chamada “burguesia nacional”.

Acreditamos que seja correto afirmar que quanto mais avança o imperialismo, mais importância adquire o debate sobre a questão nacional. Mas parece que tal afirmação não tem sido muito aceita em círculos intelectuais que continuam insistindo que desde a queda do Muro de Berlim e do fim da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) entramos no período da chamada “globalização”. Inúmeros têm sido os teóricos que, na “esquerda” e na direita, desprezam ou menosprezam a questão nacional dentro do debate político sobre um projeto alternativo de sociedade na atualidade. Afirmar que a questão nacional não tem mais importância nos parece que é afirmar que não existe mais o fenômeno do imperialismo (ou que ele perdeu sua importância), que não existe mais a desigualdade entre as nações, o que seria, em nossa opinião, fechar os olhos diante de uma realidade cada vez mais clara, principalmente se observarmos as ações dos Estados Unidos no cenário mundial durante os últimos anos. Estas parecem expressar o fortalecimento da estratégia de conquista imperialista desencadeada por esta nação contra os países da América Latina, Ásia, África e Leste da Europa, sempre intervindo politicamente, economicamente e militarmente, dependendo das situações, nos assuntos internos nessas regiões.

Entendemos que a desigualdade entre as nações é inerente ao processo de desenvolvimento e expansão mundial do capitalismo, pois quanto mais o capitalismo se desenvolve e expande, mais desigual é a divisão internacional do trabalho, mais desigual tornam-se as condições em que

vivem as nações. Eduardo Galeano, jornalista e escritor uruguaio, em seu clássico *As Veias Abertas da América Latina*, afirma que

“Para os que concebem a História como uma disputa, o atraso e a miséria da América Latina são o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam. Mas acontece que aqueles que ganharam, ganharam graças ao que nós perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já se disse, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. *Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória alheia, nossa riqueza gerou sempre a nossa pobreza para alimentar a prosperidade dos outros: os impérios e seus agentes nativos (...)* A força do conjunto do sistema imperialista descansa na necessária desigualdade das partes que o formam, e esta desigualdade assume magnitudes cada vez mais dramáticas” (Galeano, 1978: 14).

Longe de acreditarmos numa “aldeia global”, onde todos os nacionalismos desapareçam e onde as fronteiras deixam de existir, o que parece acontecer na atualidade é justamente o contrário, um mundo cada vez mais marcado pela disputa do território, pela disputa das fronteiras, pelo controle das riquezas naturais, pela guerra de conquista dos países imperialistas sobre os países que concentram em seu território matérias-primas para a indústria de telecomunicações, para a indústria nuclear, para as indústrias que atuam na área da biogenética e da biotecnologia, o que nos leva a acreditar que a questão nacional não está solucionada por completo, e que sua solução depende de uma intervenção da classe trabalhadora dos países centrais e da classe trabalhadora dos países dominados pelo capital imperialista. Também acreditamos que o debate sobre a questão nacional exige uma diferenciação entre uma posição nacionalista e uma posição antiimperialista, sendo que esta última traz consigo um potencial anticapitalista que pode contribuir para dirigir um processo de transição para além do capitalismo.

Nas primeiras décadas do século XX, a discussão sobre o nacionalismo e a luta antiimperialista ganha força nos debates sobre o futuro da revolução socialista na América Latina, sendo importante destacar a contribuição do intelectual e comunista peruano, José Carlos Mariátegui, que afirmava

“somos antiimperialistas porque somos marxistas, porque somos revolucionários, porque contrapomos ao capitalismo o socialismo como sistema antagônico, que deverá sucedê-lo, porque na luta contra os imperialismos estrangeiros cumprimos nossos deveres de solidariedade com as massas

revolucionárias da Europa” (Mariátegui,1991: 209).

Ao associar implicitamente a luta antiimperialista à luta anticapitalista, Mariátegui identifica, mesmo sem aprofundar o significado deste conceito, um dos problemas que vão estar presentes nas discussões sobre o caráter da revolução cubana e demais revoluções onde as lutas nacionais se transformaram em lutas antiimperialistas.

No estudo sobre os processos revolucionários na América Latina, e em especial o caso cubano, se faz necessário dar mais atenção às diferenças existentes entre a ideologia nacional manifestada pelo nacionalismo pequeno-burguês, radical, democrático e o antiimperialismo, pois enquanto o primeiro se preocupa em concretizar a ilusória tarefa de construir um suposto e irrealizável capitalismo autônomo, o segundo carrega dentro de suas reivindicações a proposta de superação do modo de produção capitalista. Nesse sentido, o caso cubano demonstrou que lutar contra o imperialismo, contra o poder dos bancos estrangeiros e das transnacionais, contra a economia primário-exportadora, foi lutar contra a divisão internacional do trabalho que se utiliza do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo para garantir a exploração da maioria da população da América Latina, África e Ásia, foi colocar em xeque a própria base de sustentação dos países centrais do capitalismo, que se beneficiam com os privilégios conquistados nos países periféricos, como a abundância de recursos naturais e humanos, os baixos salários, a isenção de impostos, as facilidades para remeter o lucro para o exterior etc. Um programa autenticamente antiimperialista sempre impõe a discussão necessária sobre a transição para além do capitalismo, processo que só pode ser levado adiante pela classe trabalhadora do campo e da cidade.

O antiimperialismo esteve presente no dia-a-dia do processo revolucionário cubano, tendo a possibilidade de ser colocado em prática, não por decreto, mas através do avanço das forças sociais que representavam os mais legítimos interesses da classe trabalhadora de Cuba. Após várias experiências de luta e de resistência, os trabalhadores e as massas populares de Cuba chegaram à conclusão de que o capitalismo estava estruturalmente incapacitado de atender suas reivindicações. Nesse caso - e em muitos outros - o que determinou se o caráter da revolução seria mais democrático ou mais antiimperialista, mais liberal ou mais socialista não foi somente o desejo de seus líderes ou combatentes, mas sim a luta de classes, ou seja, a capacidade, a organização, a lucidez e a coragem das forças sociais que estavam em conflito. É possível avançar ou recuar no conteúdo e na forma de uma revolução a partir da luta entre as

classes sociais envolvidas, luta que coloca de um lado as forças revolucionárias, e de outro, as forças da contra-revolução. No caso cubano, assim como em toda América Latina, a experiência e a história têm demonstrado que não existe a possibilidade de construção de uma economia verdadeiramente nacional e autônoma duradoura, onde existam desenvolvimento econômico e justiça social para todos, dentro dos limites do capitalismo, pois aqui, além de todos os problemas já citados, têm predominado ou governos ditatoriais e autocráticos, que se fazem aceitar pela força das armas, ou governos institucionais pseudo-democráticos, que se sustentam também de maneira ditatorial e autocrática, através de uma política econômica antinacional e antipopular e da constante perseguição e repressão contra as organizações autônomas dos trabalhadores e das massas populares.

O capitalismo periférico está impedido, pelas circunstâncias internas e externas, de alcançar uma efetiva independência econômica e política, fato que cria condições para o desenvolvimento da luta antiimperialista, e, portanto, anticapitalista, enquanto uma possibilidade de transição para outra forma de organização econômica e social. Como afirma Samir Amin, “o imperialismo impeliu para frente uma nova força anticapitalista – a das nações da periferia” (Amin,1981: 160), e a “resistência vitoriosa da periferia originou a aceleração da queda da taxa de lucro do centro”(Amin,1981: 169). Portanto,

“a luta pelo socialismo na periferia do sistema imperialista não deve ser estranha, e ainda menos oposta, à luta de libertação nacional. O fato imperialista impõe a compreensão de transição para o socialismo como resultante da fusão histórica dos objetivos de libertação social e de libertação nacional”(Amin,1981: 153).

Tais afirmações deste intelectual marxista egípcio ajudam a esclarecer as dificuldades e dilemas de uma transição para além do capitalismo na periferia do sistema. Nesse sentido, os revolucionários cubanos levaram adiante as tarefas nacionais, democráticas e antiimperialistas necessárias para iniciar uma tentativa de transição para além do capitalismo, tendo ou não consciência que era isto que estavam fazendo. Para Cuba, assim como para toda a América Latina, o antiimperialismo expressou (e expressa) um salto de qualidade nas reivindicações dos movimentos revolucionários, pois conscientes ou não, ao questionar o poder dos monopólios e oligopólios transnacionais, estavam questionando a economia mundial capitalista e o processo de internacionalização do capital. Em países como Cuba, verificou-se uma evolução de uma posição liberal democrática

radical, onde a ideologia nacional e o nacionalismo tinham o papel central, para uma posição antiimperialista, que adquiriu mais força à medida que foram se radicalizando as contradições internas e externas do período revolucionário. Como explica Florestan Fernandes,

“Na verdade, com referência a Cuba, a *teoria* sempre andou atrás da *prática*. Além disso, o dinamismo das variações apontadas esteve sempre no político: ao tornar-se possível e necessária, a revolução obrigou os revolucionários a descobrirem sua natureza, seu nível de profundidade histórica e seus rumos políticos. Parecia que a revolução ficaria interrompida em um patamar burguês, nacional-democrático e de ‘reforma capitalista do capitalismo’. No entanto, isso não aconteceu. Dentro de uma sociedade capitalista neocolonial, não havia como levar a revolução para diante dentro do capitalismo. Ela deslocou e esmagou a burguesia, nacional e estrangeira, porque para liberar a nação e para criar um estado democrático soberano ela tinha de converter-se em uma revolução contra a ordem, ou seja, anticapitalista” (Fernandes, 1979: 10).

O exemplo cubano e tantas outras lutas de libertação (China, Vietnã, Argélia, Congo, Angola, Moçambique, Nicarágua etc.), fortalecem a ideia de Lenin e Rosa Luxemburg para os quais não existe possibilidade de uma efetiva libertação nacional enquanto predominar o modo de produção capitalista, pois as nações imperialistas não vão abrir mão de continuar acumulando privilégios e capital às custas da miséria e da exploração das nações oprimidas.

Bibliografia

- ALMEIDA, Lúcio Flávio (1997). "Nacionalitarismo e democracia: para um reexame da questão nacional". *Lutas Sociais*, 2.
- AMIN, Samir (1981). *Classe e nação na história e na crise contemporânea*. Lisboa: Moraes.
- FERNANDES, Florestan (1979). *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: TAQ.
- GALEANO, Eduardo (1978). *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LENIN, Vladimir I. (1971). *Lenine e a IIIª Internacional*. Lisboa: Estampa.
- _____. (1988). *Sobre a libertação nacional e social*. Moscou: Progresso.
- LÖWY, Michael (1975). *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- LUXEMBURG, Rosa (1988). *A questão nacional e a autonomia*. Belo Horizonte:

Oficina de Livros.

MARIÁTEGUI, José Carlos (1991). *Textos básicos*. Lima: Fondo de Cultura Económica.

SADER, Emir (2000). *Século XX. Uma biografia não-autorizada*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.